



Eixo 4 – Ciência da Informação: diálogos e conexões

Biblioteconomia e emancipação social: contribuições da Teoria Crítica a partir de Horkheimer

Library Science and social emancipation: contributions of Critical Theory from Horkheimer

Gabriela de Oliveira Gobbi – Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) –
gobbi.gabriela@gmail.com

Resumo: O estudo tem como objetivo discutir a Biblioteconomia à luz da Teoria Crítica da Sociedade, particularmente a partir do ensaio "Teoria Tradicional e Teoria Crítica" de Max Horkheimer. De natureza qualitativa e exploratória, a pesquisa utiliza do método bibliográfico. Os resultados indicam que a Biblioteconomia herdou pressupostos positivistas, como a neutralidade técnica, mas tem assumido caráter emancipatório quando compreendida como prática social crítica. Conclui-se que a Teoria Crítica oferece fundamentos para superar a racionalidade instrumental no campo biblioteconômico.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Teoria crítica. Emancipação social. Epistemologia.

Abstract: This study aims to discuss Library Science in light of Critical Theory of Society, particularly based on Max Horkheimer's essay "Traditional Theory and Critical Theory." Qualitative and exploratory in nature, the research uses the bibliographic method. The results indicate that Library Science has inherited positivist assumptions, such as technical neutrality, but has taken on an emancipatory character when understood as a critical social practice. It concludes that Critical Theory offers a foundation for overcoming instrumental rationality in the field of library science.

Keywords: Library science. Critical theory. Social emancipation. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia se consolidou como disciplina científica do conhecimento no final do século XIX, e esse período foi marcado por um novo modelo de ciência que perpassou todos os ramos do saber, e esta foi oriunda das ciências exatas e naturais,



mais especificamente física e matemática, buscando tratar os fenômenos sociais como naturais, essa ciência era voltada para a pesquisa de leis sociais, acreditava que o progresso só viria com a intervenção do homem na natureza por meio do conhecimento científico. Esse modelo se expandiu nas ciências sociais e humanas através do positivismo, que foi duramente criticado pela tradição sociológica e filosófica marxista, principalmente pela Escola de Frankfurt. No início do século XX, em contraponto a esse impacto desse método das ciências naturais surgiu a Teoria Crítica com o intuito de salvar a reflexão filosófica dialética, se distinguindo das outras posturas teóricas no campo das ciências humanas e sociais. Essa diferença consiste principalmente em seu interesse pelas condições emancipatórias socialmente existentes.

Considerando tais estudos, propõe-se uma reflexão acerca do tema. O questionamento levantado é: como discutir a Biblioteconomia sob a abordagem da teoria crítica? A opção por esse marco teórico se justifica nos princípios que fundaram essa corrente, o marxismo. Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e objetivo exploratório.

2 TEORIA TRADICIONAL E TEORIA CRÍTICA

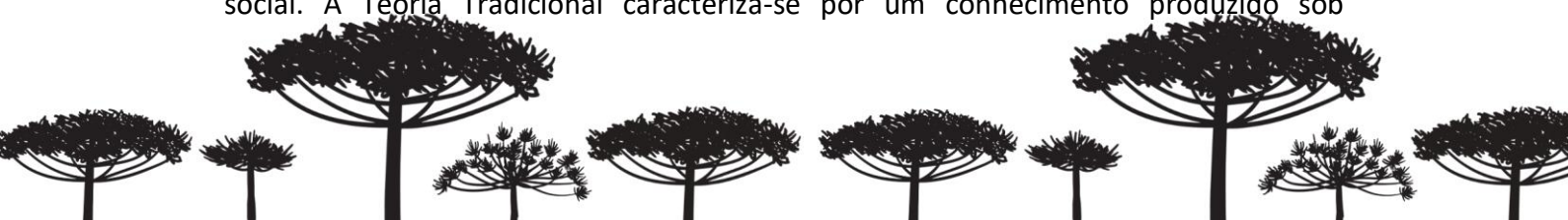
O conceito de Teoria Crítica foi apresentado pela primeira vez por Max Horkheimer no ensaio "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", publicado em 1937 na Revista de Pesquisa Social, veículo oficial do Instituto de Pesquisa Social. Conforme Freitag (1988), o Instituto mantinha vínculos com a Universidade de Frankfurt, mas gozava de autonomia acadêmica e financeira, voltando-se exclusivamente para a pesquisa e a reflexão orientadas pelo marxismo. O conjunto de intelectuais e a abordagem teórica ali desenvolvida ficaram conhecidos como "Escola de Frankfurt", organizada em três gerações que representam distintas fases de seu pensamento. A primeira geração, tendo como principais expoentes Horkheimer, Marcuse e Adorno, dedicou-se a temas como a crítica à teoria tradicional, a análise da dominação e da emancipação, a indústria cultural, a dialética do esclarecimento e a dialética negativa. A segunda geração, cujo nome central é Habermas, apoiou-se nas obras da geração anterior para desenvolver a teoria da ação comunicativa. A terceira geração, representada por Axel Honneth, investigou a luta pelo reconhecimento sob uma ótica crítica hegeliana, revisitando criticamente as análises precedentes.



Para compreender a teoria crítica, é necessário entender sua oposição à articulação entre teoria e prática no âmbito da chamada "visão tradicional". De acordo com Nobre (2004), uma teoria consiste em um conjunto de hipóteses ou argumentos voltados à compreensão dos fenômenos sociais. Ela descreve a realidade tal como se apresenta e, para ser considerada científica, precisa formular prognósticos que possam ser verificados ou refutados. A crítica, por sua vez, aponta para o que as coisas poderiam ser, ainda que não o sejam. Nobre (2004) sustenta que o cerne da teoria crítica reside no reconhecimento da impossibilidade de mostrar as coisas como elas "realmente são" a partir de como "deveriam ser". O "dever ser" representa as possibilidades ainda não realizadas pelo mundo social. Ao identificar as melhores potencialidades, torna-se possível compreender o funcionamento efetivo do mundo e localizar os obstáculos a serem transpostos. Assim, a teoria crítica orienta a prática no sentido da realização dessas potencialidades, mediante a identificação e a superação dos obstáculos.

Nos textos de Horkheimer, o critério fundamental para demarcar o campo da teoria crítica é o seguinte: em sentido amplo, produz teoria crítica quem desenvolve seu trabalho a partir da obra de Marx; em sentido restrito, trata-se de cada interpretação dos princípios norteadores desse campo e de cada tentativa de aplicá-los à compreensão do momento histórico. As obras de Marx foram basilares para o modelo crítico de Horkheimer em 1937, ao passo que outros modelos subsequentes não tomaram necessariamente Marx como referência central, mas sim a própria obra de Horkheimer. No ensaio de 1937, Horkheimer estabelece dois princípios fundamentais para a teoria crítica: a orientação para a emancipação e o comportamento crítico. O primeiro princípio exige que a teoria seja expressão de um comportamento crítico, isto é, um conhecer que não abre mão da reflexão sobre o caráter histórico do conhecimento produzido. Esse comportamento, por sua vez, tem sua fonte na orientação para a emancipação. Logo, a teoria crítica implica um comportamento crítico voltado à emancipação (Nobre, 2004).

A Teoria Tradicional tem suas raízes nos primórdios da filosofia moderna, com René Descartes. Esse modelo de pensamento trouxe consequências marcantes para a análise da realidade, tais como: a separação entre indivíduo e sociedade, a perspectiva parcial de classe, e a simplificação e eliminação das contradições inerentes à práxis social. A Teoria Tradicional caracteriza-se por um conhecimento produzido sob



condições sociais capitalistas que é, essencialmente, parcial. Cabe à teoria crítica, contudo, não simplesmente afastar ou negar essa parcialidade, mas conferir-lhe consciência concreta de seus limites, conduzindo-a à reflexão sobre sua posição na sociedade e evidenciando que seus pressupostos ditos "neutros" são, na verdade, valorativos.

Para os teóricos críticos, a ausência da perspectiva emancipatória condena a teoria a permanecer no plano das ilusões reais, inviabilizando uma compreensão efetiva das relações sociais. A emancipação não constitui um ideal puramente especulativo do teórico, mas uma possibilidade concreta, inscrita na própria lógica social de confronto com o capitalismo. Tal possibilidade só se confirma na prática transformadora das relações sociais vigentes, sendo por meio dela que se torna real.

3 CONTRIBUIÇÕES PARA A BIBLIOTECONOMIA

Mostafa (1985), em sua tese *Epistemologia da Biblioteconomia*, apresentou três teses principais: 1) a Biblioteconomia precisa concretizar-se na prática social para superar seu caráter pendular; 2) enquanto prática social, ela colabora para a transformação social quanto mais estiver a serviço da disseminação da informação a toda a sociedade, permitindo que esta se aproprie, produza e reproduza conhecimento; 3) a disseminação e geração de informações só faz sentido se for efetiva o suficiente para atingir as determinações sociais, uma vez que a sociedade não é um todo harmônico, mas constituída por determinações.

A autora situou a Biblioteconomia entre as "teorias não críticas" na relação entre biblioteca e sociedade. Apontou características do positivismo na área ao identificar no credo bibliotecário a ideia do profissional como "guardião do conhecimento, sem política, sem religião, sem moral" — revelador da pretensa neutralidade científica. Essa neutralidade também se manifesta na organização linear do conhecimento, que trata todos os documentos como dotados do mesmo valor, objetividade e relevância. Outro credo identificado por Mostafa (1985, p. 55) é o de "servir a instituição patronal a qual a biblioteca se subordina", orientando seleção e aquisição conforme os objetivos da organização mantenedora.



Araújo (2013), em *Correntes teóricas da Biblioteconomia*, sistematizou a produção científica de maior impacto na consolidação da área, agrupando teorias e reflexões em correntes que perpassam as ciências sociais e humanas. O autor identificou trabalhos tanto na perspectiva crítica quanto na funcionalista/tradicional, embora reconheça que seu estudo não foi exaustivo.

Historicamente, a Biblioteconomia consolidou-se sob forte influência positivista e funcionalista, especialmente entre o final do século XIX e início do XX. As bibliotecas passaram a ser compreendidas prioritariamente por seus processos técnicos (classificação, catalogação, indexação, organização de acervos), buscando conferir caráter científico por meio da objetividade, neutralidade e racionalização. A partir do desenvolvimento das teorias críticas nas ciências humanas e sociais, contudo, diversos autores questionaram esses pressupostos. Araújo (2013) reforça que a Biblioteconomia nasceu tecnicista, com bibliotecários exercendo função predominantemente técnica, mas a crítica surge ao se compreender que acervos e processos de organização são atravessados por relações sociais, culturais e ideológicas.

A perspectiva crítica ganhou maior visibilidade em países do terceiro mundo, vinculada à redemocratização e à democratização do acesso à cultura e à informação. A biblioteca deixa de ser vista como depósito de livros e passa a ser concebida como espaço de ação cultural, formação crítica e participação social. Flusser (1983) contribui para essa aproximação ao discutir a biblioteca como instrumento de ação cultural, questionando a ideia de cultura como mero acervo acumulado e propondo compreendê-la como prática social marcada por disputas e relações de poder. Assim, o papel do bibliotecário amplia-se: não mais apenas guardião, mas agente crítico na mediação da informação.

A mediação, conforme Almeida Júnior (2009), não é neutra: envolve interferência consciente ou inconsciente do profissional, que influencia seleção, organização e disseminação da informação. A crítica à neutralidade estende-se aos sistemas de representação do conhecimento. Berman (1993) e Lucas (2000) apontam que classificações e indexações carregam valores e visões de mundo, podendo invisibilizar ou marginalizar determinadas produções culturais, grupos sociais e formas de conhecimento.



Nessa perspectiva, a Teoria Crítica – cuja influência na Ciência da Informação brasileira tem sido sistematicamente mapeada (Cavalcante; Bufrem; Côrtes, 2020) – permite compreender a biblioteca não apenas como instituição técnica, mas como espaço político, social e cultural. As práticas biblioteconômicas participam da construção de sentidos, da circulação de discursos e das possibilidades de emancipação social. Uma Biblioteconomia crítica busca romper com a racionalidade instrumental, comprometendo-se com a democratização do conhecimento, a pluralidade cultural e a transformação social.

Martínez-Ávila e Mello (2021) argumentam que a teoria crítica (Escola de Frankfurt), a pedagogia crítica (Paulo Freire) e a competência crítica em informação formam um tripé epistemológico consistente para repensar a atuação profissional na Ciência da Informação. Embora pertencentes a contextos histórico-sociais distintos, essas três vertentes compartilham a natureza emancipatória como horizonte comum. A competência crítica em informação, nesse sentido, amplia o conceito tradicional de competência em informação ao incorporar a denúncia das estruturas de poder que permeiam o regime informacional contemporâneo e o compromisso ético com a superação de tais obstáculos (Bezerra, 2018).

Nessa perspectiva, a Teoria Crítica permite compreender a biblioteca como espaço político, social e cultural. As práticas biblioteconômicas participam da construção de sentidos, da circulação de discursos e das possibilidades de emancipação social. Uma Biblioteconomia crítica busca romper com a racionalidade instrumental, comprometendo-se com a democratização do conhecimento, a pluralidade cultural e a transformação social. Assim, a Teoria Crítica contribui para ampliar a compreensão da área para além de seus aspectos técnicos, evidenciando seu papel como prática social inserida nas contradições contemporâneas.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e objetivo exploratório. Adotou-se o método de pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise de obras e artigos que relacionam Teoria Crítica da Sociedade e Biblioteconomia. O corpus incluiu Horkheimer (1983), Nobre (2004), Mostafa (1985), Araújo (2013), Flusser (1983), Almeida Júnior (2009), Berman (1993) e Lucas (2000). A análise seguiu os pressupostos da análise temática de



conteúdo (Bardin, 2011), identificando categorias como neutralidade científica, emancipação social e mediação crítica, a fim de construir uma reflexão teórica entre os dois campos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria crítica pretende desenvolver uma série de teorias atentas aos problemas sociais, para a transformação da realidade, cabe hoje então levar adiante o projeto crítico sob novas formas. Em diversas áreas, inclusive da informação e mais especificamente da Biblioteconomia, a crítica é necessária, quando o que se tem em vista é a criação do conhecimento comprometido com a transformação social.

Nesse sentido, observa-se que a Biblioteconomia vem se tornando crítica – ainda que de modo gradual e com tensões internas. Tradicionalmente ancorada em pressupostos positivistas e funcionalistas, a área historicamente reproduziu a ideia de neutralidade técnica, como demonstrado por Mostafa (1985) ao analisar os "credos bibliotecários". No entanto, movimentos teóricos recentes, impulsionados por autores como Araújo (2013), Flusser (1983) e Almeida Júnior (2009), têm deslocado o eixo da reflexão biblioteconômica: dos procedimentos técnicos para as práticas sociais, da organização neutra da informação para a mediação crítica e da preservação do acervo para a emancipação dos sujeitos.

Esta pesquisa evidenciou que a Biblioteconomia crítica não é mais uma promessa distante, mas uma tendência em consolidação. Evidências disso incluem: a problematização da neutralidade nos sistemas de classificação (Berman, 1993; Lucas, 2000); a compreensão da biblioteca como espaço de ação cultural e não apenas de guarda de livros (Flusser, 1983); e o reconhecimento de que o bibliotecário interfere ativamente nos processos de mediação da informação, não sendo um mero executor de rotinas técnicas (Almeida Júnior, 2009).

Torna-se cada vez mais claro que a Biblioteconomia, ao adotar a perspectiva crítica, deixa de ser uma disciplina meramente instrumental para se configurar como prática social comprometida com a democratização do conhecimento. Essa virada crítica implica desafios: superar a herança positivista ainda presente em muitos currículos e manuais; formar profissionais reflexivos e não apenas técnicos; e



reposicionar as bibliotecas como instituições politicamente engajadas na redução das desigualdades de acesso à informação.

Por fim, retomando Horkheimer (1983) e Nobre (2004), a emancipação não é um ideal abstrato, mas uma possibilidade real inscrita nas contradições sociais. Cabe à Biblioteconomia crítica – que já se anuncia, se fortalece e se espalha – assumir esse projeto, transformando bibliotecas em territórios de resistência, diálogo e construção de novas sociabilidades. O campo não precisa mais pedir licença para ser crítico: ele já está se tornando crítico. O desafio agora é aprofundar esse movimento, garantindo que ele não se restrinja ao plano teórico, mas se concretize nas práticas cotidianas dos profissionais da informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 41-58, jan./dez. 2013.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies**: a tract on the LC Subject Heads concerning people. Jefferson: MacFarland, 1993.

BEZERRA, Arthur Coelho. Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 179-196.

CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa; BUFREM, Leilah Santiago; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A Escola de Frankfurt e a Ciência da Informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 40-60, mar./ago. 2020.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *IN* HORKHEIMER, M., ADORNO, T.W., HABERMAS, J., BENJAMIM, W. **Textos escolhidos**. Trad. José Lino Grünnewald. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUCAS, C. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de. Teoria crítica, pedagogia crítica e competência crítica em informação: aproximações teóricas à



Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2021.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da biblioteconomia**. 1985. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

NOBRE, Marcos. **Teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

